



Jornal FNE Edição 106 – Mar/11

Nesta edição, que circula na comemoração do 8 de março, Dia Internacional das Mulheres, Engenheiro traz a reflexão sobre a presença ainda minoritária do sexo feminino nas profissões tecnológicas. Embora tenha havido um marcante avanço desde os tempos em que essas atividades eram verdadeiros clubes do Bolinha, ainda há grande disparidade. Maioria dos estudantes de ensino superior, segundo o censo do Ministério da Educação, as meninas são apenas cerca de um quarto dos discentes na engenharia.

Mostrando que houve progresso na participação feminina na sociedade, em entrevista, a presidente do Senge Maranhão, Odinéa Ribeiro, atual secretária adjunta de Assuntos Metropolitanos do Estado, fala sobre o trabalho que levará a cabo.

Num debate em Fortaleza, promovido pela FNE e Senge Ceará, foi rechaçada a importação de mão de obra para suprir eventual escassez de engenheiros no País e ressaltada a necessidade de manter a unidade do movimento sindical.

Ainda na pauta, os preparativos da cidade do Recife para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014. Em obras, um novo estádio que terá utilizações diversas, além de abrigar os campeonatos de Pernambuco.

Em C&T, um projeto de incentivo ao desenvolvimento de tecnologia para geração de energia solar, fonte limpa, porém ainda de alto custo. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura

OPINIÃO

Com a chapa “Compromisso com os profissionais”, fui eleito, em setembro de 2010, presidente do Senge Alagoas. Assumi em janeiro, com a responsabilidade de lutar em defesa dos interesses dos profissionais da engenharia, arquitetura, agronomia, tecnólogos e demais sindicalizados.

Nosso objetivo é resgatar os direitos da categoria, muitas vezes esquecidos. Entre esses, a garantia de que os cargos públicos da área sejam ocupados por profissionais habilitados, eliminando a figura da indicação política que muitas vezes privilegia leigos em lugar do técnico capacitado. Com esse objetivo, estamos disponibilizando em nosso site (www.sengeal.org.br) um canal para que possam ser denunciadas todas as irregularidades encontradas, inclusive relativas ao exercício ilegal.

Outra preocupação é a importação de profissionais do exterior. Precisamos defender quadros brasileiros, capazes de atender aos interesses dos governos estaduais e federal, assim como do setor privado. Pelo que vem sendo divulgado pela imprensa, já estão sendo fechados convênios através do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) para que estrangeiros possam atuar no País. O risco de escassez de mão de obra qualificada, que ainda não se confirmou, não justifica tal medida.

Certamente, com o aquecimento da atividade econômica, aumentou a procura por engenheiros, mas o que o mercado já acusa de fato é carência de trabalhadores como pedreiros, carpinteiros, armadores, serventes etc. A solução seria incrementar a oferta de cursos profissionalizantes, realizados através das instituições municipais, estaduais e federal responsáveis, qualificando aqueles que buscam uma oportunidade para atuar no setor em que há demanda.

Além de trabalhar no dia a dia em prol da categoria, o Senge-AL também defenderá seus interesses em todas as instâncias existentes. Por exemplo, os profissionais contam com 13 conselheiros eleitos no sindicato para representá-los no Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia).

Disneys Pinto - presidente do Senge-AL

CRESCER BRASIL

Entre as 12 cidades-sedes, a capital de Pernambuco prepara-se para receber os jogos do campeonato mundial em 2014. Para tanto, está em construção a Arena Pernambuco e vêm sendo realizadas inúmeras obras para assegurar a infraestrutura necessária. Quem conta é

Silvio Bom Pastor, secretário executivo de supervisão técnica da Secretaria Extraordinária da Copa no Recife. Segundo ele, ao estádio, as etapas iniciais já foram cumpridas. Realizado mediante PPP (parceria público-privada) com a participação de empresas do grupo Odebrecht, conta com investimento de R\$ 464 milhões, parte financiada pelo poder público mediante linha específica do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). “A construção começou no dia 1º de agosto último. Foi feita toda a parte de instalação do canteiro, mobilização da obra, terraplenagem, deslocamento de rocha e agora estão se iniciando as fundações do estádio.” Situado no município de São Lourenço da Mata, vizinho do Recife, ocupará área de 256 hectares, “reunindo a Cidade e a Arena da Copa”.

Na ótica de Bom Pastor, a sustentabilidade econômica da nova arena multiuso está garantida com a PPP, já que a iniciativa privada terá a concessão e a administrará por 30 anos. “Campeonatos nacionais devem ocorrer lá, e os três maiores clubes de Pernambuco deverão jogar no local, existe um programa de incentivo do governo à sua adesão ao empreendimento. E vai ter outro tipo de uso não esportivo, como para shows”, aposta.

Atendendo a padrão exigido pela Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado), segundo ele, a obra inclui cobertura total e terá acoplado estacionamento para 6 mil veículos. Do ponto de vista ambiental, segue também as recomendações feitas, como garantia de aproveitamento de energia solar, reciclagem de resíduos sólidos e reúso de água. Tendo formado uma câmara temática para assegurar, nas palavras de Bom Pastor, “uma copa verde” na localidade, Recife está contratando certificação ambiental da arena. A previsão é de sua entrega em 31 de dezembro de 2012. Assim, o estádio é candidato também a sediar a Copa das Confederações, a se realizar no ano seguinte. “Terá capacidade para 46.154 espectadores, podendo receber jogos até as quartas de final.” A ideia é ter ainda campos-base em municípios da região metropolitana para treinamento e recepção de seleções. “Uma missão da Fifa está vindo em 13 de março para cá para avaliar os locais que inscrevemos.”

Já a Cidade da Copa incluirá, conforme o secretário, “milhares de unidades residenciais, vários prédios da área de entretenimento e turismo”. Todavia, esse complexo não estará totalmente terminado em 2014. “É um cronograma de dez anos para construir, um projeto a parte. Não precisa estar pronto para a Copa, é o prazo da demanda do mercado imobiliário de Pernambuco.” Ele afirma que o que estará concluído para o evento mundial será o estádio e toda a infraestrutura necessária.

Transporte integrado

Entre as obras elencadas, prioridade será dada àquelas para garantir mobilidade urbana, mediante soluções integradas de transportes. Nesse contexto, está projetada, de acordo com o secretário, duplicação da BR 408, que passa na porta do estádio. Além disso, informa, estão sendo construídos dois terminais de passageiros integrando ônibus urbano a interestadual, uma nova avenida de acesso, a estação de metrô Cosme e Damião – esta pelo governo federal – e está em licitação a realização da Av. Radial da Copa. “Também estão previstos os corredores leste-oeste e norte-sul no projeto de mobilidade urbana, que fazem parte da matriz de responsabilidade, bem como um terminal marítimo de passageiros no Porto do Recife e a

recuperação desse cais. E ainda melhorias no aeroporto local, com a construção de nova torre de controle e passarela interligando-o à estação de metrô.”

A inversão estimada é de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, afora R\$ 400 milhões adicionais a serem aplicados pela Prefeitura no projeto Via Mangue – segundo consta do site da administração local, uma avenida pensada de forma sustentável que deve desafogar o fluxo de veículos na zona sul. Todas as obras estarão prontas para o campeonato internacional, assevera Bom Pastor. E enfatiza: “A preocupação nossa é com o legado pós-Copa. Na sua concepção, o evento é uma grande oportunidade de desenvolvimento da região e do Estado, já que permite investimentos que seriam feitos “num prazo de 15 a 20 anos e estão vindo em três”. (Soraya Misleh)

SINDICAL

Preocupação da categoria no Estado, a valorização profissional esteve no centro de atividade organizada nos dias 17 e 18 de fevereiro último pela FNE e Senge-CE. Cerca de 50 pessoas compareceram a cada dia ao curso de formação sindical. Saudando a iniciativa, Thereza Neumann Santos de Freitas, presidente do sindicato local, destacou a disposição de trabalhar pela valorização profissional e a importância da participação da base para fortalecer essa luta.

Ministrado pelos representantes do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) Estêvão Santos Cavalcante e Guilherme de Cerqueira Madeira Campos e especialistas, o curso abordou questões como a origem e trajetória da organização dos trabalhadores, a obrigatoriedade da contribuição sindical, o pagamento do salário mínimo profissional e a entrada de estrangeiros para ocupar vagas na área. Sobre esse tema, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da federação, foi taxativo: “Não precisamos importar mão de obra, mas remunerar melhor o nosso engenheiro.” João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical da FNE, complementou: “Há cinco anos, quando elaboramos o projeto ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento’, nossa reivindicação era que dobrasse o número de graduados na área, passando a 60 mil. As universidades hoje estão formando 55 mil por ano no Brasil. Do ponto de vista do emprego, em todos os aspectos, a conjuntura é positiva. Nas diversas regiões brasileiras, tem havido a demissão por ascensão.” Em outras palavras, engenheiros têm trocado de postos de trabalho para ganhar mais – diferentemente do que virou praxe, com a dispensa se dando para pagar menos.

Na sua ótica, a alegação de que é preciso trazer pessoal de fora para ocupar postos aqui não atende a interesses nacionais. “Na Europa, há 14 milhões de desempregados qualificados. Tem milhares de engenheiros doidos para virem trabalhar neste País de oportunidades.” Portanto, como enfatizou Pinheiro, sem terem ainda se recuperado totalmente da crise financeira global ao final de 2008, são as nações daquele continente que querem exportar mão de obra, para

dar conta de seu imenso contingente de desocupados. “O Brasil hoje tem uma economia globalizada e sua expansão média desde 2004, excluindo-se 2009, tem sido de 4,5% a 5%. Em 2010, esteve entre 7,5% e 8%. Não tem como analisar o conjunto sem ver o que está acontecendo lá fora e quais os reflexos havidos internamente”, detalhou José Silvestre de Oliveira, técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Vargas Netto ponderou que pode haver carência de engenheiros localizadamente, mas no geral não. Diante desse panorama, o sindicalista Hugo Perez constatou: “É preciso estabelecer as regras do jogo para regular a entrada de estrangeiros no País.”

Salário mínimo profissional

Para o consultor sindical da FNE, a conjuntura positiva do ponto de vista do emprego favorece a luta pela melhora na remuneração. Objeto da Lei 4.950-A/66, o piso do engenheiro, estabelecido em nove salários mínimos para jornada diária de oito horas, ainda não é cumprido em muitos recantos do País e do Ceará, sobretudo junto aos estatutários não celetistas. A alegação é de que seguem regime próprio.

Esclarecendo dúvidas da plateia sobre o assunto, os advogados da federação Jonas da Costa Matos e Silvia Martins lembraram as ações dessa organização na luta pela garantia da remuneração justa, inclusive judicialmente, cujo mérito ainda não foi julgado. Como parte dessa batalha, contratou parecer do ex-ministro Francisco Rezek que rechaçava questionamento feito junto ao Supremo Tribunal Federal pelo Governo do Estado do Maranhão sobre a constitucionalidade da Lei 4.950-A/66. A justificativa seria de que não é permitido pela Carta Magna a indexação de piso a salário mínimo. Contudo, Rezek aponta que não há qualquer conflito legal nesse caso: “Está expresso na letra da Constituição que haverá um salário mínimo – ou piso salarial – proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado por determinada categoria profissional, levando em conta a natureza da atividade exercida, a formação acadêmica do profissional, sua qualificação para realizar determinado trabalho com eficiência e proveito.” (leia o parecer na íntegra).

Conjuntura

Se o cenário alvissareiro do ponto de vista da engenharia nacional contribui para essa luta, no geral uma derrota significativa dos trabalhadores no Congresso Nacional no início deste ano indica que é fundamental estar atento para evitar retrocessos na economia: a por ganho real no reajuste do salário mínimo, fixado em R\$ 545,00 – contra os R\$ 580,00 inicialmente reivindicados pelo movimento sindical e mesmo os R\$ 560,00, proposta alternativa apresentada pelas centrais. “O Governo cedeu ao setor rentista, que alega risco de volta da inflação, e criou condições para a nossa derrota esmagadora no Legislativo”, avaliou Vargas Netto. Com essa primeira queda de braço, a tentativa foi de mostrar independência e simultaneamente sinalizar a possibilidade de ajuste fiscal, o que é preocupante. Se essa visão conservadora imperar, insistiu o consultor, pode haver reversão na tendência positiva de

crescimento continuado com distribuição de renda indicada pelo “Cresce Brasil”. Para garantir o eixo da economia e que a plataforma dos engenheiros continue a ser posta em prática, Vargas Netto deu a receita: “É preciso lutar para derrubar os juros. Para tanto, nosso movimento precisa superar os dissabores e reagrupar suas forças, recuperando a unidade.”

Na opinião de Silvestre, o País tem que fugir da armadilha do rentismo – que levou ao anúncio recente pelo Governo de corte no orçamento de R\$ 50 bilhões – e trilhar o caminho da queda na taxa Selic real da ordem de 2%. “Temos que defender o crescimento da renda e dos salários e com isso fazer com que não se tenha um cavalo de pau na economia”, concluiu. (Soraya Misleh)

SINDICAL II

RS

Sindicato obtém apoio dos vereadores

Durante pronunciamento na Câmara Municipal de Porto Alegre no dia 10 de fevereiro último, o presidente do Senge-RS, José Luiz Azambuja, pediu apoio do Legislativo porto-alegrense ao movimento que busca a valorização dos engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos vinculados ao Executivo da capital gaúcha pela chamada “verba de responsabilidade técnica”. A sessão presidida pelo vereador DJ Cássia (PTB) contou com a presença de cerca de 100 profissionais que ocuparam as galerias da Câmara e ouviram dos vereadores que se manifestaram declaração de apoio ao movimento. Azambuja, após discorrer sobre os riscos inerentes à função que caracteriza a atuação dos profissionais, destacou a diferença de tratamento dado à categoria pela Prefeitura, que já contemplou servidores da Fazenda e da Procuradoria com semelhante benefício. Para Azambuja, é imprescindível o apoio dos parlamentares na análise e futura aprovação do projeto protocolado na Secretaria Municipal de Administração que cria a verba de responsabilidade técnica, a exemplo do que já ocorre em Passo Fundo e encontra-se em estudo em diversos municípios do Estado. Também fizeram pronunciamentos os vereadores Nelcir Tessaro (PTB), Aírto Ferronato (PSB), Mário Fraga (PDT), Idenir Cecchim (PMDB), Elias Vidal e Toni Proença (ambos do PPS), Beto Moesch (PP), Carlos Todeschini e o engenheiro Carlos Comasseto (ambos do PT). Este último propôs a criação de uma comissão para dar encaminhamento à questão.

PI

Governo descumpre decisão judicial no DER

Expirado o prazo da liminar que determinava o pagamento dos salários dos servidores do DER (Departamento de Estradas e Rodagens), a Secretaria de Administração não executou a medida e a paralisação de mais de mil desses trabalhadores do órgão continua. O Sindicato dos Servidores do DER, com apoio do Senge-PI, ingressou com Ação de Descumprimento no Tribunal de Justiça do Piauí, alegando que o prazo de dez dias estabelecido pelo desembargador Francisco Antonio Paes Landim foi desconsiderado pelo Estado. A ação vai solicitar ainda a aplicação das sanções cabíveis. “O governo está brincando com a dignidade dos servidores do DER. Chegar ao ponto de descumprir decisão da Justiça é confirmar que pouco importa a situação dos trabalhadores e é um desrespeito ao Tribunal. Ao fazer isso, agride o estado de direito e proclama o regime de exceção no Piauí. Esperamos uma resposta do Judiciário e a aplicação dos rigores da lei contra os infratores”, declarou o presidente do Senge-PI, Antonio Florentino de Souza Filho. Com os salários reduzidos em até 82% desde o mês de dezembro, os servidores entraram em greve no dia 17 de janeiro último e nunca foram recebidos por autoridades do governo para negociar a criação de um novo PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) do DER ou para a adequação do existente.

MA

Estudantes participarão de aula inaugural

A terceira edição da disciplina Tópicos Especiais – Engenharia, Sociedade e Segurança do Trabalho, ministrada pelo Senge no curso de Engenharia Elétrica da Ufma (Universidade Federal do Maranhão), sob a coordenação da professora Fátima Santos Faria, terá sua aula inaugural no dia 16 de março, no auditório do Departamento de Engenharia dessa instituição. Apesar de não ser obrigatória, 30 estudantes se inscreveram, interessados em conhecer os principais aspectos do exercício profissional e suas responsabilidades, entre outros assuntos pertinentes à área.

MS

Luta por plano de cargos e salários

O Senge-MS, em conjunto com os funcionários da Prefeitura de Campo Grande, está elaborando um PCS (Plano de Cargos e Salários) aos engenheiros para reivindicar melhores condições de trabalho, capacitação, atualização e remuneração compatível com o piso nacional da categoria, estabelecido pela Lei 4.950-A/66, que o define em nove salários mínimos para jornada de oito horas. Segundo o presidente do Senge-MS, Edson Kiyoshi Shimabukuro, já existe a promessa do prefeito Nelson Trad Filho de que a reivindicação seja atendida em maio próximo, quando será apresentado o PCS. Na esfera estadual, Shimabukuro informou que a entidade iniciou contato com o governador de Mato Grosso do Sul, André

Puccinelli, visando um acordo que estabeleça também o piso salarial a aproximadamente 7.200 engenheiros. O presidente do Senge, que aguarda uma reunião para encaminhar o tema, disse que o governador já se mostrou aberto às negociações. No início de março serão também enviadas cartas aos 78 municípios do Estado com a Lei 4.950-A/66, cobrando a sua aplicação. Para Shimabukuro, o resultado dessas iniciativas “dependerá da ação política e diplomática do sindicato em busca desse objetivo”.

TO

Empossados conselheiros do Crea

Os engenheiros representantes do Seageto no Crea-TO (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Tocantins) tomaram posse no dia 10 de janeiro último. São seis titulares e suplentes, que atuarão nas Câmaras Especializadas de Engenharia Civil, Geologia e Minas, Elétrica e Agronomia. Durante a sessão plenária, o diretor financeiro do Seageto, Daybson Dias Sousa, foi escolhido para assumir a diretoria administrativa do Conselho Regional em 2011. O presidente João Alberto Rodrigues Aragão elogiou o trabalho dos profissionais que representaram o sindicato nos últimos três anos, entre eles os engenheiros civis José Gustavo Rios Fayad, Daybson Dias de Sousa, Marcelo Costa Maia e Francisco Jorismar Bezerra, bem como os eletricitistas Dalmi Fábio da Silva e Elder Caetano Pereira.

Entidade receberá parcela da ART

A partir do mês de março, o Seageto passará a receber o repasse do percentual a que tem direito da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) paga pelos profissionais, conforme determina a Resolução nº 1.027/2010 do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Convênio com esse objetivo foi assinado em 10 de fevereiro pelos presidentes do sindicato, João Alberto Rodrigues Aragão, e do Crea-TO, Roberta Castro.

SOCIEDADE

O crescimento econômico do País e a conseqüente procura por profissionais da categoria não resultaram em diminuição da desigualdade de gênero. Apesar das conquistas obtidas pelas mulheres, esse ainda é um desafio a ser enfrentado. Quem atesta é Hildete Pereira de Melo, professora de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense) e editora da revista Gênero dessa instituição, segundo a qual no geral a participação feminina permanece baixa. A conclusão provém de estudo que ela promoveu em que utilizou dados do MEC (Ministério da Educação) de dois períodos distintos: 2000 e 2005.

Esses revelam que ainda há muito o que avançar. Há 11 anos, havia 182.346 estudantes matriculados na área, dos quais a parcela masculina somava 146.726 e a feminina, apenas 35.622; em 2005, no total havia 266.163, sendo 212.217 homens e 53.946 mulheres. O censo de 2008 do MEC confirma que o quadro não se alterou: havia entre os primeiros 322.664 matriculados em cursos de engenharia ante 88.197 mulheres – aí incluídas outras profissões do segmento tecnológico que o Ministério considera como pertencentes a essa grande área. Entre os ingressantes somente nas engenharias, a diferença também se evidencia, com 104.606 estudantes do sexo masculino e somente 30.599 do feminino. Isso não obstante elas sejam hoje maioria no ensino superior. Conforme o censo de 2009, na graduação presencial, somam 55,1% do total de matrículas.

Na opinião da pesquisadora Maria Rosa Lombardi, isso ocorre porque a estrutura das relações de gênero não foi modificada. “Engenharias ainda são tidas como um universo masculino”, ressalta. O tradicional papel reservado às mulheres, de cuidadoras, continua a valer. A elas, as profissões seriam como uma extensão da maternidade, nas palavras de Melo, e qualquer mudança nesse padrão seria visto como transgressão.

Não significa que não houve avanços desde que as primeiras mulheres desafiaram o status quo, enfrentaram a discriminação e conquistaram um lugar ao sol na área, nos anos 20 do século passado. “Engenharia não é mais aquele curso que elas nem tentavam. Na década de 70 essa praticamente era área proibida a tal universo.” Sob o pretexto de que não tinha alojamento feminino, conforme conta a professora, o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), no Interior de São Paulo, por exemplo, não aceitava inscrição feminina para o vestibular e era difícil achar aquelas dispostas a romperem essa barreira por via judicial. “Seria fácil conseguir um habeas corpus, mas nunca convenci nenhuma das meninas que eram boas em matemática a tentar fazer isso.” No IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), na Capital do mesmo Estado, segundo a pesquisadora Ros Mari Zenha, a presença de mulheres se expandiu, com muitas chefes de laboratórios e diretoras assumindo centros técnicos. Mas daí à desconstrução de papéis e igualdade nesse campo, a distância é grande, inclusive quanto à remuneração percebida. Embora não tenha dados específicos da engenharia, Melo observa que quanto maior a escolaridade, maior a diferença de salário. “Claro que nos últimos 30 anos isso diminuiu, mas, no geral, as mulheres ganham 70% em comparação ao que é pago aos homens.”

Políticas públicas

Ao equilíbrio nessa relação, afirma ela, “é preciso a contrapartida da sociedade de que esse mercado não é mais fechado para as mulheres e elas não são malvistas por serem engenheiras”. A professora da UFF acrescenta: “É necessário um avanço de ideias para que o repique da procura pela profissão rebata na questão de gênero.” Isso, avalia, passa por uma educação igualitária, desde a mais tenra idade. “Meninos e meninas devem brincar tanto com carrinhos quanto com bonecas.”

Ainda na sua ótica, superar esse desafio e garantir paridade entre homens e mulheres na engenharia requer a elaboração de uma política que estimule a divisão de tarefas, inclusive em

funções ligadas ao cuidado. E simultaneamente, no âmbito da ciência, que as mulheres tenham sua produção valorizada, assim como sua participação em espaços que permitam o desenvolvimento de suas iniciativas nessa seara. Em síntese, para a professora, é mister um plano conjunto de políticas de Estado e de discussão na sociedade. Um caminho para envolver as pessoas é através de programas de entretenimento. “As novelas precisam explicitar a questão da profissão”, ilustra. (Soraya Misleh)

ENTREVISTA

Como parte do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE em 2006 e atualizado em 2009 –, o tema da integração metropolitana foi tratado em diversas partes do País. No Estado, o Senge-MA, presidido por Maria Odinéa Santos Ribeiro, assumiu a coordenação de fórum que debateu as demandas e prioridades para os municípios que compunham a Grande São Luís e realizou inúmeros encontros em 2008. Pelo trabalho feito, a engenheira foi convidada a assumir a recém-criada Secretaria Adjunta de Assuntos Metropolitanos do Maranhão. Ligada à Casa Civil, essa terá a missão de trabalhar, em conjunto com as cidades que integram o bloco, estratégias de planejamento e desenvolvimento territorial/regional em áreas metropolitanas e aglomerações urbanas no Estado, em cumprimento de diretriz da política urbana e regional do Maranhão, com prioridade para a RMGSL (Região Metropolitana da Grande São Luís). Odinéa fala sobre o assunto nesta entrevista ao Engenheiro .

Fale sobre a constituição da Região Metropolitana de São Luís.

A Constituição Federal de 1967 estabelece que a União poderá definir regiões metropolitanas, visando a realização de serviços de interesse comum, uma forma de enfrentar o problema de adensamento populacional nos territórios urbanizados. Essa questão, portanto, está na pauta da discussão política desde esse período e teve como resultado concreto a instituição de uma lei federal em 1973 criando as oito primeiras regiões metropolitanas. Com a Constituição de 1988, em vigor, essa competência passou para os estados, que deveriam então instituir as regiões metropolitanas através de uma lei complementar. Assim foi no Maranhão, em que a Constituição do Estado criou em 1989 a Região Metropolitana da Grande São Luís. Em obediência a essa Carta Magna, nove anos depois foi aprovada a Lei Complementar 038, que regulamenta e dispõe sobre o tema, indicando quatro municípios, São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, bem como, entre outras providências, quais os serviços de interesse comum. Porém, não houve avanços nesse tema, e em 2003 a Lei 069/2003 alterou a redação da Lei 038, acrescentando a cidade de Alcântara, entre outras providências.

Como surgiu a proposta de criação da Secretaria de Assuntos Metropolitanos?

Essa questão da região metropolitana não ficou só na pauta política, a sociedade no Maranhão também trouxe para discussões, a exemplo de trabalhos e debates na academia. Recentemente quem o fez foi a FNE, numa determinação do projeto “Cresce Brasil” para o País inteiro. No caso do Maranhão, a discussão aconteceu em maio de 2008 e no mesmo ano, em setembro, um momento bem mais marcante, porque houve uma chamada da FNE para todos os candidatos a Prefeito desses municípios. Todos os presentes entenderam o grande benefício da gestão metropolitana não só para a sociedade, mas para as próprias administrações municipais. A partir daí, criou-se o Fórum Metropolitano da Grande São Luís e o Senge passou a secretariá-lo, isso ainda em 2008. A intenção do sindicato era realizar encontros em cada um dos municípios pertencentes à Região Metropolitana e criar comitês locais para investigação das demandas de cada um e que isso servisse de embasamento para sua apresentação aos poderes públicos. Em novembro do mesmo ano tivemos seu primeiro encontro, na cidade de São José de Ribamar. Outro só foi acontecer um ano depois, em Paço do Lumiar. Em cada um deles, participaram dos debates mais de 50 entidades cadastradas e foram formados comitês. Por conta desse processo, o Governo do Estado, nesse início de gestão, através da Casa Civil, criou a Secretaria Adjunta de Assuntos Metropolitanos e me convidou, como presidente do Senge, para assumir essa pasta.

Qual é o papel dessa Secretaria?

Sua missão é de trabalhar estratégias de planejamento e desenvolvimento territorial/regional em áreas metropolitanas e aglomerações urbanas no Maranhão em cumprimento de diretriz da política urbana e regional do Estado, com prioridade para a RMGSL, a qual inclui participação, controle social e desenvolvimento sustentável. Essa Secretaria está sendo estruturada, e a discussão será primordialmente feita junto com os municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande São Luís, que conta 1,3 milhão de habitantes, além da academia e da sociedade civil organizada. O Estado não vai tomar nenhuma medida que não seja em parceria com essas cidades, até porque cada uma tem que aderir através de lei complementar. Até hoje, só duas o fizeram: São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Também é sua atribuição cuidar da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com 300 mil habitantes.

E vocês vão começar a se reunir com esses prefeitos?

Logo que sejam tomadas algumas medidas administrativas iniciais de organização interna, o secretário da Casa Civil, Luis Fernando Moura da Silva, deve tomar a frente desse trabalho junto com a governadora Roseana Sarney.

Quais as demandas identificadas nesse trabalho feito pelo Senge e FNE em relação à questão metropolitana?

As demandas são aquelas que constam da lei, como resolver questões relativas à saúde, educação, mobilidade e acessibilidade, uso do solo, regularização fundiária, produção, turismo, além de segurança, que não está na norma. No momento em que o fenômeno da metropolização ocorre, as atividades socioeconômicas ultrapassam os limites municipais, tornando-os um só território onde as atividades das pessoas se encontram inter-relacionadas e interdependentes. E problemas oriundos da cidade-polo que o poder público local não tem condição de resolver exigem a constituição de políticas regionais de interesse comum. Daí, a gestão metropolitana é exatamente para que as desigualdades sejam enfrentadas, e o princípio é que seja compartilhada para que todos ganhem. Mas isso tudo vai ser discutido com os municípios e a sociedade. (Soraya Misleh)

C&T

Com o objetivo de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico para aproveitamento da energia solar no País, em especial a heliotérmica, que usa concentradores solares para acionar turbinas e gerar eletricidade, os ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e de Minas e Energia firmaram em dezembro último um acordo de cooperação técnica.

A iniciativa prevê o acompanhamento de um conjunto de atividades, compartilhamento de informações, fomento para a elaboração de plataforma de pesquisas e demonstrações, capacitação técnica, parcerias nacionais e internacionais e a criação de um comitê gestor. “A ideia é reunir a comunidade acadêmica, centros de pesquisas e empresas para participar do desenvolvimento da tecnologia solar nacional”, afirmou Eduardo Soriano, coordenador de Tecnologia e Inovação em Energia do MCT.

Segundo ele, o primeiro projeto alavancado pelo acordo será a implementação da planta piloto de geração heliotérmica no semiárido de Pernambuco, com capacidade de 1 MW (megawatt), suficiente para atender 10 mil pessoas. “O princípio de funcionamento desse tipo de usina é similar ao de uma termelétrica, a diferença é que o calor que alimenta as turbinas é gerado pela luz do sol”, explicou. Com aporte inicial de R\$ 23 milhões, investidos pelo CT-Energ (Fundo Setorial de Energia) e pela Sectma (Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente), a previsão é que seja concluída em três anos.

A usina conta com vários parceiros, como o Cepel (Centro de Pesquisas de Energia Elétrica), a Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e o Cetene (Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste).

Ainda muito caro

No Brasil, o uso desse tipo de fonte limita-se frequentemente aos aquecedores, que, através de placas coletoras, absorvem a radiação e transferem o calor do sol para a água que circula no interior de suas tubulações, chegando a um reservatório térmico que armazena o líquido aquecido para consumo posterior. O próprio governo federal incentiva a adoção dessa tecnologia no programa habitacional “Minha casa, minha vida”, que prevê a construção de 1 milhão de novas moradias. Já a aplicação elétrica – que pode ser feita através do efeito fotovoltaico, no qual a luz do sol incide sobre os painéis que, por meio de um processo físico, geram eletricidade ou através de lentes e espelhos que concentram a energia solar num pequeno feixe e alimentam turbinas a vapor – é praticamente inexistente no País. “As tecnologias disponíveis no mercado são novas e caras e não conseguem competir com as fontes tradicionais. O custo por quilowatt gerado numa usina solar é muito mais alto que qualquer outra fonte, cerca de US\$ 4 mil, na melhor das hipóteses. Já na produção eólica esse valor gira em torno de US\$ 2 mil e na hidráulica é em média US\$ 1.500”, compara Sérgio Colle, coordenador do Lepten (Laboratório de Engenharia de Processos de Conversão e Tecnologia de Energia) da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Além do preço, outro impasse é que a produção de energia elétrica solar exige grandes áreas. “As primeiras experiências do processo fotovoltaico estão acontecendo em locais sem ocupação, como é o caso dos desertos da Califórnia”, menciona Carlos Monte, coordenador técnico e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da FNE.

Para Rafael Kelman, diretor da PSR, consultoria especializada na área de energia, a capacidade é outro aspecto que deve ser levado em consideração. Conforme relatou, excetuando-se a experiência californiana de mais de 350MW, hoje os maiores projetos do mundo são menores que 100MW, com produção de energia equivalente à de uma pequena central hidrelétrica com 30MW.

Marcelo Cavalcanti, coordenador do curso de Engenharia Elétrica da UFPE, acredita que é fundamental o governo incentivar o uso da solar através de subsídios para que a tecnologia possa se difundir e baratear o custo, como tem sido feito na Alemanha e na Espanha, que estão investindo pesado na massificação. Já Monte pondera que o ideal é acompanhar as pesquisas e esperar os resultados, que só virão no longo prazo. “É uma tecnologia de futuro que será implantada gradualmente”, diz.

Um aspecto positivo, conforme Kelman, é a sazonalidade no Brasil. “Como somos um país tropical, a diferença de insolação entre o verão e o inverno é pequena. Estudei a radiação no Rio de Janeiro e concluí que a geração solar fotovoltaica é somente 20% menor no mês com menos produção. Essa diferença seria facilmente aplainada com as usinas hidrelétricas”, observa o especialista. (Lucélia Barbosa)